

PROVA B

QUESTÕES OBJETIVAS - INSTRUÇÕES:

1. As respostas devem ser consignadas com caneta preta ou azul.
2. O candidato NÃO pode consultar a legislação.
3. Marque apenas uma alternativa correta. Respostas rasuradas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas erradas.
4. A identificação do candidato deverá ser feita no local reservado para isso logo abaixo, incluindo a assinatura do candidato
5. O candidato não poderá colocar, no corpo da prova, o seu nome, número de inscrição, assinatura ou qualquer outro sinal que possa identificá-lo, sob pena de anulação da prova
6. O candidato deverá preencher com clareza a etiqueta de identificação, sem erros ou rasuras.

BOA SORTE!

Coloque aqui a etiqueta com o
número de inscrição

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Coloque aqui a etiqueta com o
número de inscrição

1. Minervina recebeu de Pancrácio poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. Nesta hipótese, como se chama o contrato firmado entre Minervina e Pancrácio?

- a) mandato;
- b) prestação de serviço;
- c) fiança;
- d) comissão.

2. De acordo com o Código Penal, quem são os considerados penalmente inimputáveis, sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial?

- a) os menores de dezoito anos;
- b) os menores de vinte um anos;
- c) os maiores de dezoito anos;
- d) os maiores de vinte um anos.

3. Em um processo que existe apenas um réu, que foi citado pessoalmente, em 10/03/2016, tendo o oficial de justiça certificado o cumprimento do mandado de citação em 11/03/2016 e o aludido mandado sido juntado aos autos em 20/03/2016. Nesse caso, a partir de qual data começa a correr o prazo para contestação?

- a) da data da juntada aos autos do mandado de citação;
- b) da data da citação pessoal;
- c) da data em que o oficial de justiça certificou o cumprimento do mandado;
- d) da data em que a Secretaria do Juízo expediu o mandado.

4. Como se chama a situação juridicamente imutável, criada por uma sentença contra a qual não caiba mais recurso?

- a) coisa julgada;
- b) litispendência;
- c) perempção;
- d) continência.

5. De acordo com o Código Penal, existem 3 (três) requisitos para que a execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, possa ser suspensa por 2 (dois) a 4 (quatro) anos. Em qual das alternativas abaixo se encontra um desses três requisitos:

- a) o condenado não seja reincidente em crime doloso;
- b) seja indicada ou cabível a substituição da pena prevista no art. 44 do Código Penal;
- c) o condenado seja reincidente em crime doloso;
- d) o condenado não seja reincidente em qualquer tipo de crime.

6. Qual princípio constitucional que "consagra que, em regra, nenhum tributo, seja da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, tendo por finalidade evitar a surpresa do contribuinte em relação a uma nova cobrança ou um valor maior, não previsto no seu orçamento doméstico". (MORAES, Alexandre. Direito Constitucional, 21 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p.831)?

- a) anterioridade;
- b) motivação;
- c) razoabilidade;
- d) publicidade.

7. O Prefeito de um determinado Município decreta a demolição de um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional. Qual o remédio constitucional que os moradores podem utilizar para tentar anular tal decreto municipal?

- a) ação popular;
- b) mandado de segurança;
- c) habeas data;
- d) mandado de injunção.

8. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, quem exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita?

- a) defensoria pública;
- b) juiz de direito;
- c) ministério público estadual;
- d) ministério público federal.

9. A quem cabe promover a ação pública, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça?

- a) Ministério Público;
- b) Defensoria Pública;
- c) Juiz de Direito;
- d) Juiz Federal.

10. Como se chama uma decisão sobre matéria constitucional editada pelo Supremo Tribunal Federal, que vincula os demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal?

- a) súmula vinculante;
- b) acórdão;
- c) sentença;
- d) decisão interlocutória.